



## **CONSELHOS DE DIREITOS LGBTQIAPN+<sup>1</sup> NO LITORAL NORTE DO RS: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO**

Mariana Barbosa de Souza<sup>2</sup>

Este artigo tem como objetivo realizar um mapeamento da existência de Conselhos de Direitos de pessoas LGBTQIAPN+ no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. De acordo com Tótorra e Chaia (2002), os conselhos de direitos desempenham um papel fundamental na defesa e promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+, sendo espaços de participação e diálogo para a formulação de políticas públicas inclusivas e igualitárias.

Considerando a importância desses conselhos para a garantia dos direitos LGBTQIAPN+, é relevante compreender a sua existência e atuação no contexto específico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A região apresenta particularidades que podem influenciar a organização e efetividade desses conselhos, como a diversidade socioeconômica, cultural e política dos municípios que a compõem.

O objetivo deste trabalho é mapear a existência de Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e analisar sua atuação, além de

---

<sup>1</sup> A sigla LGBTQIAPN+ é utilizada para representar uma ampla gama de identidades de gênero e orientações sexuais. Cada letra na sigla possui um significado específico e abrange diferentes aspectos da diversidade LGBTQIAPN+. Inicialmente, a letra "L" representa as lésbicas, que são mulheres que se sentem atraídas emocional, romântica e/ou sexualmente por outras mulheres. Já a letra "G" refere-se aos gays, que são homens que se sentem atraídos emocional, romântica e/ou sexualmente por outros homens. A letra "B" é utilizada para os bissexuais, que são pessoas que se sentem atraídas emocional, romântica e/ou sexualmente por pessoas de mais de um gênero. Por sua vez, o "T" representa as pessoas transgênero, que possuem uma identidade de gênero que difere do sexo atribuído no nascimento, além de transexuais e travestis. O "Q" na sigla é para o termo queer, que é uma forma de autoidentificação abrangente, englobando indivíduos que não se enquadram nas normas tradicionais de gênero e orientação sexual. O "I" refere-se às pessoas intersexo, que nascem com características sexuais que não se alinham com as definições típicas de feminino ou masculino. A letra "A" é utilizada para representar as pessoas assexuais, que não experimentam atração sexual direcionada a outras pessoas. O "P" na sigla é para os pansexuais, que se sentem atraídos emocional, romântica e/ou sexualmente por pessoas, independentemente de seu gênero. A letra "N" é para as pessoas não binárias, cuja identidade de gênero não se enquadra exclusivamente nas categorias tradicionais de homem ou mulher. Por fim, o "+" representa outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão explicitamente mencionadas na sigla, garantindo a inclusão de todas as pessoas que se identificam fora das categorias convencionais. A utilização da sigla LGBTQIAPN+ visa reconhecer e incluir a diversidade de experiências e identidades dentro da comunidade LGBTQIAPN+, assegurando que todas as pessoas sejam representadas e respeitadas em suas singularidades. Essa abordagem abrangente é importante para promover a visibilidade e o respeito pelas diversas vivências e identidades de gênero e orientações sexuais.

<sup>2</sup> Professora Visitante no Departamento de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras-UFLA; Doutora e Mestra em Desenvolvimento Regional/UNISC; Pós-Doutora em Geografia/UEPG; Mestra em História/UEPG; Licenciada em Geografia e História, ambas pela UNOPAR; Bacharela em Direito-Advogada/UNISC. Endereço eletrônico: [barbosadesouzamariana@gmail.com](mailto:barbosadesouzamariana@gmail.com).



identificar os desafios e lacunas enfrentados por esses conselhos. Para alcançar esses objetivos, será realizado um levantamento de informações junto a órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e grupos LGBTQIAPN+ locais. O objetivo é identificar se há a presença de conselhos de direitos LGBTQIAPN+ nos municípios que compõem o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Serão coletados dados concretos sobre a existência desses conselhos, incluindo estrutura, funcionamento e ações realizadas.

Além disso, será feita uma análise da atuação dos Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ identificados, por meio de documentos, registros, relatórios e entrevistas ou consultas às pessoas envolvidas nos conselhos. O objetivo é compreender o impacto das atividades realizadas por esses conselhos na promoção da inclusão e garantia de direitos da população LGBTQIAPN+.

Os resultados deste trabalho contribuirão para uma compreensão mais completa da existência e atuação dos Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, fornecendo informações relevantes para a promoção da inclusão e igualdade dessa população na região. Espera-se que este trabalho resulte em uma série de resultados significativos:

Primeiramente, espera-se identificar a existência de Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ nos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul por meio do levantamento de informações. Esses resultados fornecerão um panorama claro sobre quais municípios possuem esses conselhos e quais estão ausentes dessa estrutura de participação e diálogo.

Além disso, por meio da análise da atuação dos Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ identificados, será possível compreender melhor como esses conselhos estão operando. Serão examinadas suas estruturas, funcionamentos e ações realizadas, visando avaliar a abrangência e o impacto de suas atividades na promoção da inclusão e garantia de direitos da população LGBTQIAPN+ na região.

Paralelamente, espera-se identificar os desafios e lacunas enfrentados pelos Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+. Serão investigados fatores como a falta de recursos, a resistência institucional, a baixa participação da sociedade civil e a ausência de articulação com outros atores relevantes. Essas informações serão essenciais para identificar as áreas que necessitam de melhorias e propor estratégias para fortalecer e aprimorar o funcionamento dos conselhos.



Por fim, os resultados obtidos por meio deste estudo contribuirão para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades da população LGBTQIAPN+ no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. As informações e insights obtidos sobre a existência e atuação dos conselhos de direitos LGBTQIAPN+ serão cruciais para embasar a tomada de decisão e direcionar os esforços na promoção da igualdade e respeito aos direitos dessa população.

Portanto, espera-se que este trabalho proporcione uma compreensão mais abrangente da realidade dos Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, destacando os avanços realizados, os desafios enfrentados e as oportunidades de inclusão e garantia de direitos. Esses resultados serão relevantes tanto para a academia, ao contribuir com o conhecimento científico, quanto para os gestores públicos e demais atores envolvidos na promoção da igualdade LGBTQIAPN+ na região.

Este resumo expandido apresentou o tema "Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ no Litoral Norte do RS: Avanços, Desafios e Perspectivas de Inclusão", destacando a importância de mapear a existência desses conselhos na região. O objetivo do estudo é identificar a presença e a atuação dos Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ nos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, bem como analisar os desafios e as perspectivas para a inclusão dessa população.

Ao mapear a existência desses conselhos, será possível compreender melhor a estrutura, o funcionamento e as ações realizadas por eles. Essa análise permitirá avaliar o impacto das atividades dos conselhos na promoção da inclusão e garantia de direitos da população LGBTQIAPN+ na região. Além disso, conforme Chaia e Leão (2021), a identificação dos desafios e lacunas enfrentados pelos conselhos possibilitará o desenvolvimento de estratégias para fortalecer e aprimorar seu trabalho.

Os resultados esperados deste estudo contribuirão para uma compreensão mais ampla da realidade dos Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Essas informações serão valiosas tanto para a academia, ao expandir o conhecimento científico sobre o tema, quanto para os gestores públicos e demais atores envolvidos na promoção da igualdade LGBTQIAPN+ na região. Com base nos resultados obtidos, será possível direcionar esforços para aprimorar as políticas públicas e promover uma maior inclusão e respeito aos direitos dessa população.



Portanto, este estudo visa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde os Conselhos de Direitos LGBTQIAPN+ desempenhem um papel significativo na promoção da inclusão e no fortalecimento dos direitos dessa população (MELLO; MAROJA, 2012). Acredita-se que, por meio do mapeamento desses conselhos, será possível identificar as melhores práticas, superar desafios e abrir novas perspectivas para a efetivação dos direitos LGBTQIAPN+ no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

## **REFERÊNCIAS**

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. A não-discriminação como direito fundamental e as redes municipais de proteção a minorias sexuais–LGBT. **Revista de informação legislativa**, v. 186, p. 89-115, 2010.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany; MARTINS, Joyce Miranda Leão. Em busca de novos direitos: O Conselho Municipal de Políticas LGBT de São Paulo. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 3, p. 7-29, 2021.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, p. 403-429, 2012.

TÓTORA, Silvana; CHAIA, Vera. Conselhos Municipais: descentralização, participação e limites institucionais. **Cadernos Metrópole**, n. 08, p. 59-86, 2002.